



B0004476

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DIRETRIZES PARA O
APERFEIÇOAMENTO DO
ENSINO/APRENDIZAGEM
DA LÍNGUA PORTUGUESA

Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do
Ensino/Aprendizagem da Língua Materna

Relatório Conclusivo

JANEIRO/1986

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

Ministro da Educação

Marco Maciel

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DIRETRIZES PARA O
APERFEIÇOAMENTO DO
ENSINO/APRENDIZAGEM
DA LÍNGUA PORTUGUESA

**Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do
Ensino/Aprendizagem da Língua Materna**

Relatório Conclusivo

JANEIRO/1986



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ao apresentar o Relatório da Comissão Nacional para o Aperfeiçoamento do Processo Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, faço-o com a convicção de que, em nome do Ministério da Educação, entrego à sociedade brasileira um documento que constitui uma peça basilar para o aprimoramento educacional e cultural do País, para o qual hoje voltam seus esforços o Governo e a Nação.

Confiado a eminentes personalidades nacionais, especialistas de diversas áreas pertinentes ao estudo e ao ensino da nossa língua, encerra este documento uma característica da mais fundamental importância para os objetivos pretendidos - a abordagem da questão da língua portuguesa na confluência das suas múltiplas dimensões: social, política, econômica, cultural, histórica, científica e educacional.

É nessa perspectiva que a Comissão apresenta as suas sugestões e recomendações, todas elas compatíveis com as exigências e expectativas da Nação relativamente à matéria.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Marco Maciel', with a long, sweeping flourish extending to the right.

Marco Maciel



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1º85

Excelentíssimo Senhor
Senador Marco Maciel
Ministro de Estado da Educação
Em mãos

Senhor Ministro,

Ao entregar a Vossa Excelência o relatório da Comissão Nacional para o Estabelecimento de Diretrizes que promovam o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, que remos ressaltar a harmonia com que trabalhamos ao longo de vinte e quatro reuniões no Rio de Janeiro, após a primeira reunião de instalação, em Brasília, sob sua presidência.

Antes de encerrarmos nossas atividades, sugerimos a Vossa Excelência a realização de dois seminários, um em São Paulo e outro em Fortaleza, com oito sessões, graças aos quais pudemos aferir a reação às nossas idéias por parte de nossos colegas do sul e do norte do país. O relatório reflete, assim, nos seus pontos de vista beneficiados pelos debates havidos nos seminários referidos.

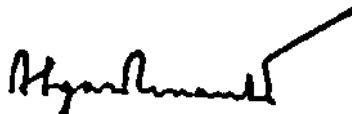
Este documento consta de um texto introdutório com dezenove tópicos conexos, das atas das sessões da Comissão e das sessões dos seminários, a que juntamos, por fim, sessenta casetes magnetofônicas das intervenções orais, tudo a bem dos arquivos do INEP e a fim de propiciar a consulentes e pesquisadores futuros a totalidade do acervo documental produzido.

Reputamos da maior importância que o relatório, com seus dezenove tópicos conexos, seja divulgado pelo Ministério a fim de que este documento venha a provocar um debate nacional, primeiro passo para definir novos rumos nas atividades didático-pedagógicas do ensino de Língua Portuguesa.

Um registro especial de nossa alta admiração e louvor consignamos aos assessores que ficaram à nossa disposição para a organização dos trabalhos e do acervo, nas pessoas dos professores Jader de Medeiros Britto e Márcia Trigueiro Mendes, sem os quais a transcrição escrita das intervenções orais não teria sido realizada em tão curto lapso de tempo e com tão alta qualidade: reconhecemos o valor da assistência de ambos como uma das condições do término tempestivo dos nossos trabalhos, que, a bem da verdade, foram quase ingentes.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da nossa mais alta estima e distinta consideração.

Pela Comissão



Abgar Renault

Presidente

Os membros da Comissão Nacional para o Estabelecimento de Diretrizes que Promovam o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa, instituída por Decreto do Presidente da República (nº 91 372, de 26 de junho de 1º85), compreendem a tarefa que lhes foi atribuída como parte integrante do movimento de renovação que caracteriza o atual contexto sociopolítico brasileiro.

Profundas distorções na distribuição dos bens materiais e culturais marcam a história de nosso País, e acentuaram-se nas últimas décadas; o que, porém, diferencia o atual momento brasileiro de retomada da construção da democracia é que essas distorções não apenas são, hoje, claramente reconhecidas, mas, sobretudo, vêm sendo sistematicamente combatidas. É nesse quadro histórico que se reconhece necessária e relevante a discussão de diretrizes para o ensino da língua portuguesa.

As diferenças sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira correspondem diferenças nas possibilidades de acesso aos bens culturais e de participação política. Embora a Comissão esteja consciente de que uma justa distribuição dos bens culturais e o efetivo exercício do direito de participação política só ocorrerão como consequência de uma justa distribuição dos bens materiais, entende que a educação e, mais especificamente, o ensino da língua têm importante papel a desempenhar na ampliação das possibilidades de acesso aos bens culturais e de conquista do direito à participação política, isto é, no processo de democratização da sociedade e da escola.

Nas últimas décadas, tem ocorrido uma democratização apenas do acesso à escola, que se revela na crescente (embora ainda insuficiente) oferta de vagas. Entretanto, essa democratização do acesso à escola não se tem feito acompanhar de uma democratização do saber e da cultura socialmente privilegiados. Esse fracasso da escola na democratização do saber e da cultura deve-se, fundamentalmente, ao fato de que esse saber e a cultura se expressam numa "língua de cultura" que não é de domínio de largas camadas da população que, ainda discriminadas social e economicamente, já conquistaram seu direito à escolarização. Evidencia-se, assim, a excepcional importância e o inegável significado social que tem o ensino da língua de cultura, na escola.

Os estudos e pesquisas acerca das variedades lingüísticas e das diferenças entre variedades social e culturalmente privilegiadas e variedades social e culturalmente estigmatizadas não são recentes. No entanto, esses estudos e pesquisas ainda não beneficiaram o ensino da língua, que tem desconhecido a existência e legitimidade das variedades lingüísticas, e não tem sabido reconhecer que seu objetivo último é proporcionar às novas camadas sociais, hoje presentes na escola, a aquisição da língua de cultura, cujo domínio se soma ao domínio das variedades naturalmente adquiridas. Sem esse domínio da língua de cultura pelas camadas social e economicamente desfavorecidas torna-se impossível a democratização do acesso aos bens culturais e da participação política. A Comissão entende, pois, que é tarefa fundamental do ensino da língua, na escola, conduzir os alunos ao domínio da língua de cultura.

Essa tarefa depende, porém, tanto de fatores intra-escolares quanto de fatores extra-escolares. Tomando estes últimos como seu quadro de referência, a Comissão buscou aprofundar-se na análise dos primeiros, e identifica alguns aspectos que lhe parecem fundamentais e determinantes de todos os demais. Assim é que a Comissão:

- . considera requisito indispensável ao aperfeiçoamento do ensino a valorização do magistério, quer em termos de condições de trabalho, quer em termos salariais;

- . entende que a formação do professor de língua portuguesa, em qualquer nível, deve ser radicalmente modificada, passando a alienar-se no conhecimento, compreensão e interpretação das diferenças hoje presentes na escola, a fim de que haja não só uma mudança de atitude do professor diante das condições socioculturais e lingüísticas dos alunos, mas também, e conseqüentemente, uma reformulação dos conteúdos e procedimentos de ensino da língua, que tem, como objetivo último, o domínio da língua de cultura, sem estigmatização das variedades lingüísticas adquiridas no processo natural de socialização;

- . julga que é urgente, dado o quadro socioeconômico e cultural da maioria da população brasileira, a implantação de um programa que, a despeito das dificuldades que o País vem enfrentando, amplie gradativamente o tempo de permanência diária do aluno na escola de 1º grau, com o objetivo final de atingir oito horas diárias de atividades.

As diretrizes adotadas pela Comissão em relação a esses três aspectos do ensino, considerados por ela como fundamentais e determinantes dos demais, nortearam as discussões, as sugestões e

as recomendações, apresentadas, a seguir, em unidades que se separam apenas a fim de melhor ressaltarem sua especificidade. São, ao todo, 1º tópicos, suscetíveis de serem agrupados nas seguintes categorias:

A) tópicos meramente conceituais – que informam as autoridades educacionais, os consulentes deste relatório e o público em geral sobre os critérios seguidos pela Comissão quanto a definições e opções preferidas no relatório: são os tópicos relacionados com 1) a denominação da língua e da disciplina; 2) língua de cultura;

B) tópicos sobre os quais a Comissão sugere ao Ministro de Estado que crie ou apoie comissões para, no correr de 1º86, procederem a uma atualização ou à implantação de um órgão específico por prazo determinado: 3) nomenclatura gramatical; 4) Sociedade Nacional de Professores de Português; 5) a questão ortográfica;

C) tópicos sobre os quais a Comissão sugere ao Ministro de Estado medidas específicas tendentes à gradual implantação dos seus objetivos: 6) formação, qualificação e aperfeiçoamento do magistério; 7) orientações metodológicas; 8) programas de ensino;

D) tópicos sobre os quais a Comissão sugere ao Ministro de Estado que crie comissões para, ao longo dos anos, realizarem os objetivos neles preconizados: 9) o livro didático; 10) livros instrumentais de consulta; 11) acesso à obra literária; 12) corpus lexical; 13) pesquisa no ensino da língua portuguesa; 14) a língua portuguesa e as demais atividades escolares, notadamente o ensino de línguas estrangeiras; 15) carga horária; 16) gramática e lingüística no ensino; 17) línguas maternas minoritárias do Brasil; 18) ação lingüística dos meios de comunicação de massa;

E) tópico que a Comissão sugere que o Ministro de Estado considere na oportunidade devida, quando preenchidos certos requisitos de aperfeiçoamento do ensino no País: 1º) a questão do Latim no ensino da língua portuguesa.

1. DENOMINAÇÃO DA LINGUA E DA DISCIPLINA

Podemos adotar a perspectiva de que no Brasil se pratica uma variedade da língua portuguesa, vencida a etapa em que se procurou insinuar o designativo de "língua brasileira" ou "brasileiro" para aquela que serve de meio de comunicação e expressão em nosso País (ressalvado o que consta do tópico 17).

Torna-se consensual que, nos documentos ou textos expositivos, quando se empregam "língua nacional", "língua materna" "língua pátria" ou "língua vernácula", é à língua portuguesa, na sua variedade brasileira, que tais expressões se reportam, salvo entendimento contrário, decorrente do contexto.

Não padece dúvida, portanto, a opção por "língua portuguesa" ou "português" como a disciplina em cujo ensino e aperfeiçoamento está empenhada a Comissão que subscreve o presente documento.

Recomendação

Será de toda conveniência que os diplomas legais que tratam de nosso idioma oficial se refiram expressamente à língua portuguesa ou português, fazendo constar essas denominações nos programas de ensino de todos os graus admitidos em nosso sistema educacional.

2. LÍNGUA DE CULTURA

Até agora, não se superou, senão para fins específicos, a dificuldade terminológica inerente à classificação das línguas do ponto de vista histórico e cultural.

Opõem-se, sem equívoco, línguas ágrafas e línguas escritas ou gráficas, isto é, línguas que no seu processo de existência histórica não acederam ao estatuto da escrita, em contraste com a pequena fração das que atingiram esse estatuto. As línguas ágrafas são mais de uma dezena de milhar, ao passo que as línguas gráficas são pouco mais de uma centena. Enquanto aquelas, esparsas por vastas regiões da terra,, são o meio elementar de comunicação de um pequeno número de usuários, estas, as gráficas, ascendem à ordem de grandeza de um milhão de usuários para mais, havendo nelas cerca de dez que superam a cifra dos cem milhões, entre as quais se inclui a língua portuguesa.

A oposição entre línguas gráficas e ágrafas foi de grande

utilidade até certo passado recente. Separou, de um lado, cerca de cem línguas com mais ou menos forte tradição escrita, o que lhes proporcionou vultoso acúmulo lexical. No correr do nosso século, foram forjadas grafias para número apreciável de línguas ágrafas, criando-se, assim, uma situação diferencial de línguas gráficas de alta tradição e línguas gráficas de baixa ou mínima tradição, entre as quais se incluem algumas em que ela é meramente metalingüística, isto é, dos eruditos que estudam tais línguas, sem que os seus usuários "naturais" se valham ainda dessa técnica inovadora.

Opõem-se, correlatamente, línguas naturais (equivalentes das línguas ágrafas como as conceituadas acima) e línguas de cultura. Esta oposição terminológica e tipológica, embora muito relevante, é verbalmente ambígua, senão contraditória: quase todas as línguas são "naturais", pois se afeiçoaram sem intervenção voluntária consciente dos seus usuários e não se opõem às línguas "artificiais" ou "voluntariamente convencionais". Todas são "culturais", no sentido de que todas as línguas, sem exceção, são oriundas de uma cultura e são instrumentos de comunicação e expressão dentro dela. Há que distinguir, no entanto, línguas cujas sociedades e culturas são pouco diferenciadas do ponto de vista manual e mental, com baixa tradição e acumulação de saber, e, de outro lado, línguas cujas sociedades e culturas são mosaicos de alta complexidade estrutural, por causa das fortes diferenciações de classes e imensa divisão do trabalho, com ininterrupta tradição escrita e quase ilimitada riqueza lexical.

Outras terminologias oferecem oposição: por exemplo, de um lado, as línguas ágrafas (equiparadas às "línguas naturais") e, de outro, as línguas históricas, que são tanto as línguas com alta tradição gráfica, como também as línguas de alta pesquisa metalingüística, e, em particular, as do tronco e ramos do indo-europeu, tanto nos seus períodos ágrafos como nos seus períodos gráficos.

Cumpre salientar ainda que a oposição entre "língua inculta" e "língua culta" não se faz apenas entre línguas, mas também dentro de uma língua. Sobre essa oposição é que se forjou a noção de norma culta, escrita ou falada, extensiva a uma língua gráfica ou histórica com foco político, cultural e estético dominante (Atenas, na Grécia clássica; Roma, no auge do império; Paris, para a língua francesa, até hoje, etc.). A emergência de variedades lingüísticas postulou a existência de duas ou mais normas cultas dentro de uma mesma língua de cultura. É o que ocorre com o nosso idioma no Brasil, em Portugal, em Angola, em Moçambique, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. O conceito de língua culta, conexo ao de norma culta, não coincide, pois, com o de língua

de cultura. As línguas de cultura oferecem uma feição universalista aos seus milhões de usuários, cada um dos quais pode preservar, ao mesmo tempo, usos nacionais, locais, regionais, setoriais, profissionais.

3. NOMENCLATURA GRAMATICAL

Elaborada há quase três decênios, antes dos anos 60, marcados por vigoroso e rápido desenvolvimento dos estudos lingüísticos e gramaticais que prossegue em nossos dias, a nomenclatura gramatical em uso entre nós acusa inevitável defasagem, além de lacunas e defeitos de origem.

Considerando que um reexame cabal da matéria envolve pesquisas e estudos específicos, que por sua vez demandam tempo considerável, entende a Comissão que a solução do problema é tarefa para uma comissão ad hoc, a ser designada pelo Ministério da Educação.

Por outro lado, a nomenclatura gramatical, como quaisquer nomenclaturas técnicas, exige periódicas revisões e reajustes. E nesse terreno, como no da ortografia, é desejável a unificação dos sistemas em todos os países de língua portuguesa, o que preconiza a conveniência de comissões e acordos transnacionais.

A Comissão crê que a reunião de representantes dos países onde o Português é a língua oficial, convocada para acertar a unificação ortográfica, em maio de 1º86, seja o momento oportuno para ser lançada a idéia de se criar uma comissão de nomenclatura gramatical da língua portuguesa.

Recomendação

A Comissão sugere ao Ministro de Estado que faça seu representante, na reunião de maio de 1º86, pedir que se inclua em pauta a organização de uma comissão de nomenclatura gramatical da língua portuguesa.

4. SOCIEDADE NACIONAL DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS

A Comissão retoma a idéia, mais de uma vez suscitada em reuniões de professores de Português, de estruturação de uma Sociedade Nacional de Professores de Português – privada, mas amparada

pelo Poder Público – que venha a ter por objetivo fundamental ser a) coordenadora de centros estaduais (ou mesmo municipais) de professores de Português, b) informadora, como central receptora e difusora, dos centros e para os centros, das pesquisas e estudos que neles se desenvolverem, c) publicadora de uma revista nacional de súmulas das pesquisas dos centros e d) promotora da publicação de obras de valor eminente elaboradas por ou nos centros.

Recomendação

A Comissão sugere ao Ministro da Educação que o INEP chame a si patrocinar a criação da Sociedade Nacional de Professores de Português, articulando os centros e associações já existentes, estimulando-os a se organizarem como iniciativa privada de âmbito nacional.

5. A QUESTÃO ORTOGRÁFICA

A questão ortográfica apresenta-se, in limine, como uma opção de política lingüística: ou bem se abandona a busca da unidade ortográfica da lusofonia, ou bem se envereda por nova simplificação "brasileira". A hipótese peca por falta de cientificidade: é que não leva em conta que qualquer ortografia é sistema convencional com características próprias inscritas num processo histórico, grafemático, que instaura a possibilidade e necessidade de regras universalistas para a língua a que se refere; esta, quanto mais for extensa pelo número de seus usuários e pelos territórios em que for falada e escrita, tanto mais terá de ter um sistema ortográfico acima das variações nacionais, regionais ou locais. Desse modo, reconheça-se que um sem-número de projetos "simplificados" devem ser rejeitados.

Em contrapartida, emerge, nesta altura da história cultural de nossa língua, a imperativa necessidade de superar e anular a anomalia de nossa língua de cultura como única a ter duas ortografias oficiais, que criam prejuízo para a lusofonia, tanto em âmbito particularista quanto em âmbito internacional: sofrem com essa dualidade a editoração, a difusão de obras dentro do espaço da mesma língua, as relações comerciais, econômicas, culturais, diplomáticas e políticas entre lusofônicos, e entre o mundo e a lusofonia. Daí a conveniência geral de promover a unificação do sistema ortográfico da língua portuguesa, língua oficial comum a Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Brasil.

Atente-se, também, que as "dificuldades" de um sistema ortográfico podem fazer-se virtualidades para o bom domínio da língua de cultura: é que não se "facilita" o aprendizado de uma língua de cultura pela mera simplificação ortográfica. É fundamental ensinar, desde a alfabetização inicial, que o sistema fonológico comum não pode coincidir univocamente com as regras convencionais da escrita. É necessário, assim, que os alfabetizadores sejam iniciados em noções de fonética e fonologia, para poderem conciliar as diferenças dos dois sistemas. Convém, por fim, desde cedo, ressaltar as próprias coerências do sistema ortográfico quando se li. da com os cognatos.

Recomendação

A Comissão espera do Ministro da Educação que dê todo o apoio à comissão transnacional de maio de 1º86, encarregada de estudar a unificação do sistema ortográfico da língua.

6. FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

A questão da formação e qualificação do professor de 1º e 2º graus deve ser considerada no interior da (re)definição das prioridades nacionais, uma vez que, na construção de uma sociedade democrática, a educação deixa de ser letra morta de documentos oficiais e se torna ou deveria tornar-se uma de suas prioridades.

Assim, as reflexões, sugestões e recomendações relativas a este tópico têm, como pressuposto, o interesse nacional em constituir a educação uma prioridade como caminho necessário à construção da democracia brasileira. Sem desconhecer os inúmeros aspectos envolvidos e com a esperança de que nossas sugestões venham a ser amplamente discutidas, limitamo-nos a considerar, neste relatório, dois tópicos mais específicos: a formação de professores e a valorização do magistério.

Em termos legais, existem atualmente três tipos de cursos de formação de professores: a) a opção magistério no 2º grau, responsável pela formação de professores para atuação nas séries iniciais do 1º grau (1ª a 4ª série); b) as licenciaturas de curta duração, responsáveis pela formação de professores para atuação nas séries finais do 1º grau (5ª a 8ª série); c) as licenciaturas plenas, responsáveis pela formação de professores para atuação nas sé

ries finais do 1º grau, no 2º grau e, a título precário, no ensino superior. Recentemente, e em algumas unidades da Federação, os formados em Pedagogia, habilitação magistério, também têm direito de atuar no ensino das séries iniciais do 1º grau, independentemente de sua formação de 2º grau.

A realidade nacional, no entanto, mostra que, em todos os níveis de ensino, há professores em exercício sem a habilitação legal exigida. Somente este dado já mostra a necessidade de um esforço nacional de formação de professores. Tal esforço, porém, só tem sentido se tivermos em mente a valorização do magistério.

Por outro lado, com a reforma do ensino e conseqüente desaparecimento dos antigos Cursos Normais, é necessário reconhecer que a formação do professor foi prejudicada e, em alguns currículos de escolas de 2º grau, restringe-se a disciplinas desenvolvidas na última série, seguidas de estágio supervisionado. No que tange à Língua Portuguesa mais especificamente, a carga horária de 2 a 3 horas semanais, em aulas com alunos que optam ou optarão por diferentes terminalidades, não permite sequer a informação sobre fatos lingüísticos fundamentais para o futuro professor.

Entretanto, outros dados da nossa realidade dizem que nos sa população estudantil, hoje, é de 22 milhões no 1º grau, 2 milhões no 2º grau e um milhão no 3º grau. A estes dados é necessário acrescentar que a maioria de nossos estudantes não chega à 4ª série do 1º grau. A experiência escolar de nossa população é tal que: a) a maioria não tem, de fato, acesso ao ensino de 1º grau; b) a repetência, a evasão, etc. exigem soluções posteriores que de emergenciais se tornam normais, com cursos no estilo Mobral, supletivos, etc.

Ora, para esta maioria, a Nação vem oferecendo um ensino de qualidade inferior, apesar dos esforços individuais e heróicos dos professores que atuam neste nível de ensino. Em termos legais, inclusive, a própria formação de professores exige apenas o 2º grau.

É também de conhecimento público o aviltamento salarial da profissão. Qualquer esforço de formação e qualificação de professores passa pela revisão do atual tratamento dispensado ao professor, quer em termos salariais, quer em termos de condições de trabalho. É necessário reconhecer que tal situação tem levado os professores a assumirem um excessivo número de aulas (suplementando seus salários da rede pública com salários da rede particular); tem dificultado a captação de recursos humanos para a educação, preferindo os melhores alunos de nossas escolas dedicar-se a profissões mais bem remuneradas; tem produzido uma situação de desânimo

entre os professores, que já não mais acreditam em meras promessas de melhorias. E nossa listagem poderia continuar. Paremos por aqui em benefício da concisão.

Assim, tomando a maioria da população como critério, e reafirmando que a aprendizagem do ler e escrever é fundamental tanto para a continuação dos estudos quanto para a formação do cidadão, a Comissão sugere o elenco de recomendações in fine.

Recomendações quanto à formação de professores

1. A formação do professor para atuação em qualquer nível deverá tornar-se, no futuro, tarefa do ensino superior, com a extinção da habilitação magistério no 2º grau. A realidade socioeconômica atual impede, entretanto, a consecução de tal objetivo em todas as diferentes regiões do País, razão por que se entende ser urgente a revitalização dos antigos cursos normais com alterações curriculares que incluam, obrigatoriamente, maior formação linguística para compreensão do processo de aquisição da língua escrita e estudos literários, especialmente de literatura infanto-juvenil.

2. Concomitantemente ao período de implantação de um programa de revitalização dos cursos normais, deverá realizar-se um programa específico, sob orientação e coordenação do Ministério, em articulação com as Secretarias Estaduais de Educação, e executado por instituições de ensino, de formação dos chamados "professores leigos", em exercício nas séries iniciais do 1º grau, de tal modo que, num prazo razoável, as diretrizes básicas aqui definidas norteiem tanto a formação de novos professores quanto a ação dos professores em exercício na escola brasileira de 1º grau.

3. Os Institutos de Educação ou as Faculdades de Educação e de Letras, preferencialmente com projetos conjuntos, devem organizar cursos experimentais, com currículos aprovados pelo Conselho Federal de Educação, em nível de graduação ou de pós-graduação, visando essencialmente à formação e qualificação do professor das séries iniciais do 1º grau, com ênfase nos estudos dos problemas relativos à alfabetização.

4. A educação pré-escolar, uma exigência cada vez maior da sociedade brasileira, e uma realidade cada vez mais presente em nossas cidades, deve ser mais bem regulamentada, evitando-se a atual comercialização existente, com escolas sem as menores condições físicas e sem qualquer preparo das pessoas que nelas atuam, já que, legalmente, inexistente qualquer exigência de formação de tais profissionais. Neste sentido, o Poder Público e o Ministério da Educação não apenas devem incentivar a expansão da rede de creches

e escolas, mas também- estudar formas de habilitar os profissionais necessários para a educação pré-escolar, criando mecanismos de formação e avaliando experiências em execução no País.

5. Os cursos de licenciatura de curta duração, exigência de certo período de nossa história recente, de grande expansão da rede escolar, devem ser, na área de Letras, extintos e/ou transformados, a juízo do Conselho Federal de Educação, em licenciaturas plenas, para permitir uma melhor formação dos professores de Língua Portuguesa, sem prejuízo da possibilidade de cursos emergenciais, em certas regiões do País e a cargo das Universidades, para atender necessidades específicas, cujos projetos deverão receber prévia anuência do Ministério e do Conselho Federal de Educação.

6. A responsabilidade pela formação do professor de Língua Portuguesa não deve ser considerada apenas um problema de sua "formação pedagógica", mas assumida em conjunto pelos Institutos/Faculdades de Letras e pelas Faculdades de Educação, incentivando-se projetos e pesquisas interdisciplinares.

7. Nos cursos de Letras, as práticas de ensino (ou estágios supervisionados) não podem ser realizadas apenas no final do curso (nos últimos semestres), mas devem ser distribuídas ao longo do próprio curso para permitir que o estudante possa trazer para a Universidade as preocupações resultantes de suas observações e de sua participação nas escolas de 1º e 2º graus, possibilitando assim uma maior integração entre os diferentes níveis de ensino, com uma formação universitária voltada também para os aspectos da prática do ensino da Língua Portuguesa, independentemente do valor, que julgamos óbvio, da formação teórica e intelectual do futuro professor.

8. Na medida do possível, os Institutos/Faculdades de Letras das Universidades devem articular-se com as Secretarias de Educação, dos Estados e municípios, visando a trabalhos conjuntos de acompanhamento e apoio técnico-pedagógico à prática escolar do ensino de língua e literatura.

9. Os calendários escolares da zona rural devem considerar, realmente, os períodos de safras e entre-safras agrícolas, organizando-se, nas Universidades de cada região do País, programas de trabalho que permitam também ao professor do meio rural o acesso a cursos, congressos, encontros, etc.

10. Na seleção e avaliação de projetos universitários que envolvem professores de 1º e 2º graus, a preferência e maior incentivo devem ser dados àqueles que procuram desenvolver trabalhos de pesquisa conjuntos entre professores universitários e professores

de 1º e 2º graus, possibilitando não só mero treinamento ou atualização do professor, mas também trabalhos conjuntos que permitam ao professor não universitário maior independência profissional.

Recomendações quanto à valorização do magistério

1. O Ministério, ouvidos os órgãos de classe, deve estudar a possibilidade do estabelecimento, por lei federal, de princípios organizadores de planos de carreira profissional, a serem obedecidos pelas redes federal, estadual e municipal de ensino, entre os quais se considere fundamentalmente a qualificação do professor e não o nível de ensino em que atua.

2. O piso salarial e os salários dos demais níveis da carreira devem ser fixados nacionalmente em termos de salários mínimos, cabendo ao Estado e/ou União a suplementação de verbas, para que não haja as atuais diferenças salariais entre professores municipais, estaduais e federais, já que, executando as mesmas tarefas, não podem eles ser diferentemente remunerados.

3. As contratações de professores, realizando-se após com cursos públicos, devem obedecer a critérios nacionais de carga horária (20 ou 40 horas), sem suspensão do contrato no período de férias escolares.

4. Deve ser fixado um número máximo de atividades de sala de aula de cada professor, em função da carga horária de seu contrato de trabalho, reservando-se 50% de seu tempo para estudos, preparação de aulas, atendimento extraclasse de alunos e pais, e atividades desenvolvidas pela unidade escolar a que o professor estiver vinculado.

5. A contratação de professores pelo Poder Público deve ser feita para uma unidade escolar apenas, a fim de que, com o tempo, se crie corpo docente para cada escola, evitando-se o deslocamento e a peregrinação do professor de escola em escola para complementar sua carga horária. Nos casos em que não haja carga horária disponível na disciplina específica para a qual o professor foi contratado, a redistribuição das atividades de sala de aula, beneficiando todos os professores da área, permitirá a constituição de projetos de trabalhos com a comunidade, atividade a cargo não só das direções da escola, mas de todo o seu corpo docente.

6. A ascensão profissional deve considerar não só cursos que concedem título (de 2º grau, de licenciatura, de mestrado e de doutorado), mas também prever ascensão paralela, no interior do mesmo nível, a exemplo da carreira do professor universitário federal, em função de cursos de atualização, aperfeiçoamento, especializa

ção, participação em congressos e publicações na área de atuação do professor.

7. As instituições de ensino público e privado devem conceder períodos sabáticos de férias, a fim de que os professores possam aperfeiçoar seu conhecimento e freqüentar cursos de especialização.

7. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Aceitando que uma metodologia de ensino deve articular, coerentemente, concepções educacionais e concepções epistemológicas sobre o objeto de ensino com as atividades de sala de aula, qualquer orientação metodológica que vise melhorar a qualidade do ensino de Língua Portuguesa pressupõe uma reflexão sobre para quem ensinamos o que ensinamos e para que ensinamos o que ensinamos. As respostas que dermos a estas duas questões, aliadas às concepções sobre linguagem, sobre a língua e sua aquisição, iluminarão as respostas que procuramos ao como ensinar.

No caso brasileiro, a expansão da rede escolar, ainda que insuficiente, trouxe para os bancos escolares uma clientela antes sem assento nas escolas. E esta nova clientela é diferente não só em seu perfil socioeconômico: também fala uma variedade da língua portuguesa diferente da usada e exigida pela escola e tem diferentes perspectivas de futuro acesso aos bens culturais produzidos e veiculados por essa variedade lingüística.

Para que, pois, este aluno aprende língua portuguesa em sua variedade culta? Sabemos, e compartilhamos com todos os educadores, que o pleno acesso aos bens culturais não depende do que possa fazer a escola, mas julgamos que nesta é possível lutar contra as diferenças. No que concerne ao ensino da língua portuguesa, então, o objetivo último é possibilitar aos alunos, a todos eles, o domínio da língua de cultura para que este primeiro obstáculo possa ser transposto.

Assim, tendo presente este objetivo último, cuja concretização se revelará na expressão oral e escrita dos alunos, as atividades escolares deverão centrar-se, no 1º grau, em três práticas interligadas: a prática da leitura de textos; a prática da produção de textos; a prática da análise lingüística. A primeira permite ao aluno o convívio com a língua de cultura e, ao mesmo tempo, pelos diferentes textos usados – obras literárias, textos jornalísticos, propagandas, ensaios curtos, etc. –, o convívio com for

mas de expressão em que predominem diferentes funções da linguagem: emotiva, estética, representativa, argumentativa, etc. A segunda prática permitirá ao aluno produzir textos, orais ou escritos, em que ele se exprimirá para outros, dialogando, debatendo, escrevendo e descrevendo suas experiências. A terceira prática, tomar o texto do aluno como base para o trabalho de análise lingüística, lhe permitirá comparar diferentes variedades lingüísticas e, no interior destas, diferentes estruturas textuais, frásicas ou vocabulares que, mantendo a variedade que já dominava, lhe possibilitará chegar à expressão na língua de cultura.

Privilegiando uma metodologia de ensino que, no 1º grau, pelas atividades práticas de uso da língua, possibilite ao aluno o acesso à variedade culta e o seu domínio, o 2º grau poderá desenvolver, além das práticas anteriores, um estudo mais explícito das estruturas gramaticais e das manifestações literárias de língua portuguesa.

Preconiza-se, pois, uma orientação metodológica básica: o uso efetivo da língua em suas diversas variedades constitui condição de análise dos fenômenos lingüísticos e literários. Num primeiro momento, esta análise visa auxiliar a compreensão dos textos lidos ou a aproximação do texto produzido às formas da língua de cultura, para apenas num segundo momento a reflexão sobre a própria língua e sobre o fenômeno literário ser o objeto do ensino.

Quanto ao ensino superior, cujo objetivo é a formação do professor e do especialista, a única metodologia que podemos apontar é o convívio do estudante com o mais largo espectro possível de teorias e metodologias de pesquisa, sem que tal convívio privilegie apenas as teorias mais modernas, esquecendo estudos e obras que representam a caminhada da produção científica e literária de nosso passado e que, por isso mesmo, constituem a história de nossa cultura.

8. PROGRAMAS DE ENSINO

Na história do ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, observam-se duas diferentes atitudes com relação aos programas a serem desenvolvidos nas escolas de 1º e 2º graus: houve um tempo em que os programas eram fixados nacionalmente e obedeciam a uma seqüência de conteúdos para cada série; atualmente, há a fixação de objetivos gerais da educação e objetivos específicos de cada área. Assim é que, na área de Comunicação e Expressão, o ensino visará

"ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato • coerente com seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a língua portuguesa como expressão da cultura brasileira." (CFE, Resolução nº 8, dezembro de 1971).

A unicidade de objetivos e a pluralidade de programas são, em si, meritorias. Fixar conteúdos programáticos, previamente, sem conhecer a realidade efetiva do aprendiz, seu domínio da língua culta e suas possibilidades de convívio com os bens culturais seria, hoje, uma temeridade.

Assim, é mais oportuno desdobrar, a título de sugestão, o objetivo geral do ensino de língua portuguesa estabelecido pela Resolução citada em objetivos específicos, vinculando-os às orientações metodológicas que, não podendo atuar em abstrato, já aludem às práticas a serem desenvolvidas em sala de aula e, por isso mesmo, apresentam um programa abrangente para o ensino de 1º e 2º graus.

Correlacionando-se estes dois tópicos, mas sem esquecer que, em se tratando de uma língua de cultura, a aprendizagem não tem um ponto final, propõem-se e recomendam-se os seguintes objetivos:

1. Para as séries iniciais do 1º grau (1ª a 4ª)

. Entendimento da escrita como forma de interlocução a distância, no tempo e no espaço, de tal modo que a criança perceba seu valor e sua função social, no meio ambiente ou fora dele;

. entendimento de que a escrita, para permitir a interlocução a distância, obedece a uma convenção ortográfica de que cada usuário não pode ser árbitro, mas que é necessário dominar para não prejudicar o objetivo precípua da existência da própria escrita;

. criação do gosto da leitura, mediante o convívio constante com obras da literatura infantil.

2. Para as séries finais do 1º grau (5ª a 8ª)

. "Constituição" do ouvinte e do leitor capaz de dar uma interpretação dos textos que ouve e lê, embora não se exija que tal interpretação apresente alto grau de profundidade nem análise original do texto lido;

. "constituição" do falante e do autor de textos orais e escritos que respondam às necessidades de expressão do aluno e que apresentem estrutura, coesão e coerência internas que não dificultem sua interpretação;

. criação do gosto da leitura, mediante o convívio constante com obras literárias, infanto-juvenis ou não, especialmente brasileiras.

3. Para o 2º grau

. Reconhecimento da existência das diferentes línguas e das diferentes variedades da mesma língua como manifestações históricas de diferentes culturas, dando-se relevo à história da língua portuguesa;

. reconhecimento de diferentes estruturas lingüísticas e capacidade de manuseio de gramáticas (e de sua metalinguagem) para resolver dúvidas relativas às formas de expressão da língua de cultura;

. entendimento da obra literária como manifestação de determinada época cultural e sua vinculação intertextual a outras manifestações artísticas, literárias ou não.

Tendo presentes estes objetivos e as orientações metodológicas, será mais fácil o estabelecimento, pelo professor, de programas de ensino, diversificados em função das condições reais em que se dá o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira na escola de 1º e 2º graus.

9. O LIVRO DIDÁTICO

Ensino de 1º e 2º Graus

A questão do livro didático assume importância capital em qualquer reforma de ensino. No 1º grau, o professor, em regra, atém-se rigorosamente à matéria nele contida. Quando não o faz, é, na maioria dos casos, por não ter participado de sua escolha.

Pesquisas realizadas com o patrocínio do CNPq e do INEP mostraram que:

a) "mais de 90% dos livros disponíveis para os alunos do 1º grau nas escolas públicas do País são do tipo descartável ou consumível", o que impossibilita a sua reutilização e, conseqüentemente, prejudica a salutar existência de bancos de livros nas escolas;

b) embora o Ministério da Educação compre em média um decimo de livros didáticos publicados no País, os seus critérios de seleção influenciam praticamente a elaboração da totalidade deles, porque tais critérios, muito amplos, uma vez obedecidos em suas li

nhas gerais, qualificam o livro como "bom";

c) a política adotada pelo Ministério da Educação na aquisição de livros didáticos consistia no seguinte: "o Ministério da Educação elabora uma lista de critérios que se torna, num segundo momento, uma ficha para avaliação dos livros considerados aceitáveis; essa lista é aplicada aos livros apresentados pelos editores; aqueles que se enquadram nos critérios fazem parte de um 'listão'¹, que é enviado aos Estados", onde, "através de vários processos de consulta, ou de comissões especiais, as listas são objeto de nova triagem, limitada por parâmetros quantitativos (total de livros e de títulos que serão escolhidos)". Com base nesses dados, o Ministério da Educação negociava com os editores a quantidade e o preço dos livros que seriam, posteriormente, distribuídos às escolas;

d) embora não se possam negar os resultados positivos dessa política do Ministério da Educação, ela é passível de ser aperfeiçoada, principalmente no que se refere a uma participação mais efetiva do professor na escolha do livro que deverá utilizar em classe;

e) essa maior participação deve estar correlacionada com a melhor formação do pessoal docente do 1º grau, pois que, obviamente, a boa ou má utilização do livro escolhido depende da qualificação do professor;

f) se a elaboração, seleção e aquisição do livro didático de 1º grau se tornou, em parte ponderável, um encargo de vulto do Governo Federal, incumbe a esse Governo tomar as medidas cabíveis para harmonizar a desejável variedade e os padrões de qualidade com os mais baixos custos possíveis, a fim de favorecer o maior número de estudantes;

g) o centralismo adotado até recentemente na aquisição e distribuição do livro didático do 1º grau não provou ser o processo mais conveniente para atingir tal finalidade; pelo contrário, permitiu que o mercado fosse dominado por um número restrito de editores e que a seleção das obras não se fizesse a salvo de suspeitas graves; cristalizou "o livro consumível caro e a cores como única forma existente de opção", facilitando o desperdício numa área sempre carente de recursos como é a educação;

h) necessário se torna eliminar a idéia do modelo único e adotar "mecanismos descentralizados, diferenciados e flexíveis", que deleguem à escola e ao professor a prerrogativa que lhes é inerente de exercer suas opções de livros didáticos que devem utilizar (recomendação que acaba de ser objeto de regulamentação satisfatória).

Os livros de 2º grau não sofrem influência da centraliza

ção exagerada. Ao contrário, transformam-se em apostilas que direcionam o aprendizado para os vestibulares das universidades locais, restringindo o conhecimento da língua e da literatura, o que deve ser evitado mediante a adoção de livros de consulta e da leitura de obras literárias na íntegra.

Ensino Superior

Quanto aos livros universitários, cabe considerar separadamente o livro nacional e o livro estrangeiro, e este na sua forma original ou em tradução.

O livro nacional evidentemente ainda não supre as necessidades mínimas dos cursos superiores nas áreas da lingüística e da filologia, concernentes à formação de um bom professor de Língua Portuguesa.

O Governo, pelo sistema de co-edições feitas pelo INL ou pela FAE, deveria incentivar a elaboração de obras básicas nos setores mais deficientes dessas especialidades, bem como a de edições fidedignas de escritores do idioma.

Quanto às obras estrangeiras, a sua aquisição por parte dos estudantes torna-se cada dia mais difícil. Também por parte das universidades e, principalmente, das escolas isoladas, ela deixa muito a desejar, sobretudo no que se refere a revistas especializadas.

No caso, é indispensável que o Conselho Federal de Educação mantenha permanentes auditorias com vista a garantir uma razoável atualização dos acervos bibliográficos.

Fundamental também seria o estímulo, por meio de prêmios ou de uma forma especial de ajuda, às boas traduções das obras que versam matérias que interessam à adequada formação de um eficiente professor de Língua Portuguesa.

Por fim, não é justo silenciar o que se passa na área da Pós-Graduação.

O importante investimento que o Governo vem fazendo nos Cursos de Pós-Graduação não tem apresentado, em contrapartida, o progresso que seria de esperar no conhecimento lingüístico e filológico da língua portuguesa, principalmente porque a grande maioria das dissertações de Mestrado e das teses de Doutorado não tem sido publicada.

Seria de desejar que a CAPES, que tem a seu cargo o desenvolvimento da Pós-Graduação no País, instituisse um mecanismo que possibilitasse a publicação daqueles trabalhos, frutos de árduas

pesquisas sobre a nossa realidade lingüística, que, justamente por muito especializados, não interessam às editoras nem em regime de co-edição.

Recomendações

1. A Comissão sugere ao Ministro da Educação que, uma vez estruturada a Sociedade Brasileira de Professores de Português, se já ela investida da função, voluntária e benévola, de estudar permanentemente, por suas seções estaduais, o mérito dos livros didáticos do 1º ou do 2º grau, a fim de estimular a adoção dos mais recomendados, sugerindo aos autores de obras criticáveis a melhoria destas, sobretudo quanto à fidedignidade dos textos literários nelas transcritos e aos objetivos gerais do ensino da língua de cultura.

2. A Comissão sugere ainda que a CAPES institua um mecanismo que possibilite a publicação de teses de mestrado e de doutorado que tenham relevante interesse lingüístico e de aperfeiçoamento do magistério.

3. A Comissão sugere também que o Conselho Federal de Educação mantenha permanente auditoria das bibliotecas universitárias com vista à atualização dos seus acervos.

10. LIVROS INSTRUMENTAIS DE CONSULTA

Um dos males de nossa cultura é a baixa circulação do livro. Convém que desde cedo a criança, já no primeiro grau, aprenda a lidar com o livro, dele tirando a compreensão, gradual, de que a sua língua também está nos livros. Ademais, os adultos que acessamos aos livros – baixo percentual ainda – temos de oferecer aos alunos os recursos de que fazemos uso, quando praticamos a língua. As autoridades educacionais brasileiras deveriam instaurar uma política de presença e manuseio em aula do livro de consulta desde o primeiro grau: um bom dicionário em que o aluno aprenda a dirimir suas dúvidas quanto à ortografia, à pronúncia, à significação, à sinonímia, à antonímia, aos cognatos. Esse dicionário, um vocabulário ortográfico mais copioso, uma gramática, em suma, uma pequena estante de obras – mais rica no segundo grau – de consulta colegiada em aula, deve ser um dos objetivos de implantação gradual nas classes do Brasil, para o aprendizado, não apenas da língua, mas de qualquer disciplina. Essa estante de obras não dispensa a biblioteca escolar nem o banco de livros.

Tais livros instrumentais, cuja consulta ocasional se aprenderá a fazer na presença do professor, abrirão, certamente, os horizontes do aluno para os livros outros – de histórias, de narrações, de aventuras-, de poesia. A presença de livros fará 'sentido para todos os alunos – e os horizontes culturais coletivos se abrirão com integrarem o livro e a necessidade do livro na nossa cultura e civilização.

Recomendação

Os malefícios da baixa cultura e comercialização dos livros instrumentais devem ser objeto de uma política de qualidade comparável à que deve presidir á do livro didático.

11. ACESSO A OBRA LITERÁRIA

A realidade socioeconômica do estudante e o descaso pelas questões sociais, sobretudo a educação, criaram uma situação de fato, em nosso País: ensina-se a ler sem que a escola e o aluno disponham de livros para ler. Esse fato tem provocado um ensino de literatura baseado em informações sobre o autor e sobre o livro, sem que efetivamente alunos e professores leiam os textos em causa.

Considerando que o objetivo último do ensino de Língua Portuguesa é o domínio da língua de cultura, e considerando que o caminho metodológico preconizado neste documento é o uso efetivo da língua de cultura, uso que tanto se concretiza na produção quanto na recepção de texto, a Comissão reconhece como tarefa importante e fundamental para os professores propiciar o acesso direto do educando à obra literária, desde o ensino de 1º grau.

Ora, tal acesso somente será possível uma vez modificadas as condições socioeconômicas que o permitiriam. Há, no entanto, a possibilidade de articular o ensino da literatura com a leitura da obra literária, desde que se articulem as atividades de sala de aula com as bibliotecas escolares, as salas de leitura, os carros-biblioteca, as caixas-estante, etc. A leitura de obras literárias não deve ser entendida como atividade desligada do ensino da língua. Ao contrário, a integração entre todas as atividades é fundamental para que se possa atingir o objetivo último do ensino de Língua Portuguesa.

Recomendação

A Comissão recomenda o aperfeiçoamento da rede de bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, com acervo de obras literárias, com variado corpus de literatura, especialmente das literaturas de Língua Portuguesa.

12. O CORPUS LEXICAL

A crítica generalizada quanto à pobreza vocabular dos brasileiros, na verdade, se aplica apenas à linguagem de certos segmentos sociais. A produção literária, a científica, a administrativa, a jurídica, a médica e as afins, bem como a jornalística, não merecem esta crítica, apesar de freqüentes ocorrências de carência verbal. Na infância, na juventude e nas camadas iletradas urbanas é que esse fenômeno se faz mais evidente – o que milita em favor da presunção de que a sua causa mais profunda é de natureza sociocultural e a mais imediata está no sistema de ensino. Postula-se, assim, o estudo intensivo do léxico no primeiro grau de oito anos de oito horas, para que possa ter efeitos benéficos crescentes nos dois graus seguintes e, assim, no todo social.

Logo que possível, o professor desenvolverá o aluno nas relações paradigmáticas – tal como já o terá iniciado nas relações sintagmáticas –, habituando-o a pensar cada palavra como elemento de uma constelação lexical. Deverá, para isso, recorrer – na leitura coletiva, no ditado, no comentário dos usos orais de momento – à iniciação nos elementos mórficos, propondo aos alunos exercícios-jogos de palavras, em que o recurso ao dicionário de aula seja lícito e até estimulado. O aluno, aos poucos, deverá sentir-se decisor, em diálogo com o seu dicionário.

O professor deverá estar vigilante quanto ao enriquecimento do vocabulário ativo (o que ocorre espontaneamente ao usuário-estudante) e passivo (que ocorre no dia-a-dia, mas de que o usuário-estudante não tenha ainda conhecimento). O professor deverá desestimular as ridicularizações dos alunos cujo léxico tenda a ser menos pobre que o ambiente; assim também, nos textos, porá em evidência que a riqueza verbal não é incompatível com a clareza e, mesmo, certa aparente simplicidade e naturalidade.

O segundo grau deverá habituar o estudante a estabelecer conexões paradigmáticas das raízes e radicais latinos e gregos, dos prefixos e sufixos, tanto no acervo popular quanto no acervo erudi.

to e, em particular, no terminológico, para aquelas ciências que já sejam do seu mundo. Far-se-á necessário um exemplar de dicionário médio em aula, no qual tais conexões sejam sempre evidenciadas.

A pesquisa lexicológica e a produção lexicográfica, muito pobres no Brasil, devem ser incrementadas nas faculdades de letras e em rede de institutos oficiais ou privados, a fim de que seus resultados possam beneficiar o conhecimento da nossa língua de cultura. Se a publicação de tais pesquisas é fragmentária, a sociedade e o Estado têm o dever de criar um banco de dados lexical que possa ser facilmente consultado e sempre enriquecido, como um dos núcleos de matriz comum lusofônica. A criação, atualização e padronização da terminologia de ponta entra nessas cogitações, como questão de honra da identidade cultural nacional.

Recomendação

Que as autoridades educacionais e ligadas à pesquisa se coordenem, no sentido de incrementar a pesquisa lexicológica e a produção lexicográfica, implantando, ao mesmo tempo, as bases do banco de dados lexical.

13. A PESQUISA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Uma universidade deve não só transmitir, mas também criar ciência que é, em última análise, a sua razão de existir.

Cabe em particular as Faculdades de Letras a efetivação de investigações aprofundadas sobre a realidade lingüística do Brasil, seja na forma falada, popular ou culta, seja na forma escrita, não apenas literária.

Um bom exemplo de pesquisa nesse sentido é o Projeto Conjunto e Coordenado da Norma Culta Urbana (Projeto NURC), que vem sendo realizado por cinco universidades brasileiras (UFRGS, USP, UFRJ, UFBA e UFPe).

Mas a elas cabe também, como formadoras de professores do 1º e do 2º grau, realizar pesquisas nessas áreas, com vista à melhoria do material de ensino. Seria certamente muito frutuosa uma interação maior nesse campo das Faculdades de Letras com as Faculdades de Educação, pois o mal tem sido, como há tempos salientou Georges Gougenheim, que os livros elementares são elaborados geralmente por pessoas de conhecimentos também elementares.

Recomendações

1. Os órgãos patrocinadores de pesquisas em nível superior — como o CNPq, a FINEP, o INEP e a CAPES — devem criar uma comissão de professores militantes no ensino universitário de Letras para estabelecer prioridades de pesquisa e de publicação dos seus resultados, com vista ao aperfeiçoamento do ensino da língua portuguesa.

2. É necessário preliminarmente que esses órgãos reconheçam o estatuto autônomo da língua portuguesa em face da lingüística e da literatura, pois não é crível que em qualquer país a sua língua não seja objeto de um tratamento especial na área da pesquisa.

3. Com relação ao ensino do 1º e do 2º grau, as pesquisas de maior vulto têm sido até agora realizadas ou patrocinadas pelo INEP, que deverá incentivá-las também dentro de certas prioridades estabelecidas por especialistas da língua.

14. A LINGUA PORTUGUESA E AS DEMAIS ATIVIDADES ESCOLARES, NOTADAMENTE O ENSINO DAS LINGUAS ESTRANGEIRAS

Não é na área apenas do seu próprio ensino que a nossa língua deve ser objeto de cuidados: qualquer disciplina pode ser campo de atuação da sua aprendizagem.

Nada deverá impedir que um professor de História ou de Geografia ou de Matemática ou de Ciências Físicas ou Naturais auxiliem seus alunos a melhorarem seu desempenho lingüístico. Entendimentos desses professores com os de Língua Portuguesa, para estabelecerem processos de ação, mediante a escolha e o aperfeiçoamento de critérios comuns, oferecerão seguramente frutuosos resultados.

As áreas nas quais a ação conjunta de professores poderá oferecer os mais altos resultados são as do ensino das línguas estrangeiras, ressalvado o seu estágio inicial, o qual pode excluir um instrumento intermediário — a língua nacional do estudante. Ultrapassada essa fase, torna-se imperiosa a colaboração íntima e contínua entre os professores de Português e os de línguas estrangeiras.

A tarefa não é difícil e representa, em virtude do confronto entre as duas línguas, melhor conhecimento de ambas: no caso das palavras isoladas, o professor chamará a atenção dos alunos para o perigo das semelhanças enganosas, ou seja, para aquilo que

os franceses denominam faux amis e os ingleses deceptive cognates; se se tratar de aspectos sintáticos, fará uma comparação entre a nossa língua e as línguas estrangeiras, equivalente aos contrastive studies dos lingüistas ingleses e norte-americanos.

Os esforços em todas as aulas, paralelos aos das aulas de Português, e a introdução nestas de novas atividades levarão a efeitos salutares, sobretudo se forem iniciados hábitos como o exame, pelos estudantes, de textos de jornais, a faculdade de escolha periodicamente, por eles próprios, dos temas de redação em aula, por forma que se adaptem aos tipos mentais de cada um e estimulem todos a escrever; o exercício de formas especiais de redigir, como, por exemplo, apreciações de livros, requerimentos, cartas de vária natureza, etc; a prática da oratória, escrita e improvisada; as representações teatrais; a publicação de um jornalzinho datilografado ou mimeografado, que publique, além de notícias da escola, as melhores composições; enfim, a consulta freqüente a dicionários para a criação de um hábito salutar.

15. CARGA HORÁRIA

É insatisfatória a carga horária destinada atualmente ao ensino no País, especialmente no 1º grau, assim como são insuficientes os 180 dias letivos previstos na legislação em vigor.

A insuficiência de carga horária agrava-se no 1º grau, com a implantação de três e até quatro turnos superpostos, com a diminuição do tempo de permanência da criança na escola – às vezes, em menos de três horas de atividades escolares por dia –, prejudicando a aprendizagem, especialmente nas escolas públicas, com a agravante de que a essas escolas são encaminhadas as crianças oriundas de famílias com menor poder aquisitivo. Na zona rural, o problema se agrava ainda mais, quando se sabe que a criança abandona a escola para trabalhar no plantio e na colheita. Há quebra de continuidade e diminuição do tempo efetivo destinado ao ensino, se de fato retorna à escola depois do trabalho no campo.

A ausência de um período de tempo para a educação pré-escolar não tem possibilitado – notadamente às crianças que se destinam ao ensino público – a adequada adaptação psicológica e social ao meio ambiente. A ausência da educação pré-escolar reflete-se negativamente no melhor aproveitamento do tempo destinado ao ensino, especialmente na primeira série do 1º grau, ensejando, entre outras coisas, uma alfabetização falha, num espaço de tempo

que se torna curto para o tipo de clientela e, conseqüentemente, contribuindo também para o abandono em massa da escola.

É insuficiente também a carga horária destinada ao ensino de 2º e 3º graus. Na maioria das escolas de 2º grau, a programação escolar é ministrada durante quatro horas por dia, em três anos letivos, com o acréscimo de mais um ano, em determinadas escolas, para o atendimento da profissionalização específica. No curso superior, as Faculdades de Letras ministram seus cursos de licenciatura plena em um tempo mínimo de quatro anos. Só que o regime semestral, aplicado na maioria das universidades, reduz, por uma série de fatores, o tempo efetivo das aulas em até dois meses de atividades por semestre. Agrava-se a situação, especialmente em instituições particulares, quando, no oferecimento da dupla licenciatura, se diminui a carga horária, principalmente das matérias objeto das licenciaturas, para não extrapolar aquele tempo mínimo de quatro anos que a legislação prevê.

O déficit de carga horária nos três níveis de ensino provocou a diminuição do número de horas de aulas destinadas ao ensino da Língua Portuguesa, gerando conseqüências danosas ao aprendizado da disciplina. No 1º grau, o tempo destinado à alfabetização é insuficiente, mal aproveitado e, quando termina o curso, a criança não sabe ler nem escrever. Tal situação se projeta para o 2º grau. Nele há o aumento do número de disciplinas, muitas delas introduzidas por necessidade da profissionalização em nível de 2º grau, provocando a redução do número de horas de aulas destinadas ao ensino da Língua Portuguesa. E a situação piora ainda mais por que a disciplina se desdobra em Língua e Literatura, sem o correspondente acréscimo no número de horas para um conteúdo programático bem mais diversificado. A conseqüência disto tudo é que o estudante não progride no estudo da língua nem aprende literatura. A situação se torna preocupante nos cursos superiores, quando se sabe que é justamente para a área de Educação que se destinam os alunos das classes menos privilegiadas, que não tiveram a oportunidade de freqüentar boas escolas de 1º e 2º graus, contribuindo assim para a queda no nível da qualidade do ensino ministrado nos cursos de Letras e nos demais cursos da área da Educação.

O aumento da carga horária é imprescindível e deve ser feito criteriosamente. A implantação da jornada de 8 horas de atividades para 8 anos de ensino de 1º grau é a reivindicação prioritária e que deverá ser adotada gradativamente, à medida que forem ampliadas as dotações orçamentárias destinadas à educação, houver melhoria nas instalações e criação de novas escolas, devidamente equipadas, melhor qualificação e remuneração do professorado. O au

mento da carga horária para o 1º grau não é utópico, quando se sabe que em determinados países a jornada escolar vai além das 8 horas reivindicadas. Com a implantação das 8 horas de atividades no 1º grau, resgata-se um dos compromissos que se tem com o povo; espera-se, portanto, uma melhor qualificação do ensino, com o que desaparecerá, por exemplo, a necessidade de ofertar nos cursos superiores Língua Portuguesa como disciplina instrumental. A elevação da jornada escolar para um número de 4 horas diárias, preconizada pelo Ministério da Educação no documento "Educação para todos: caminho para mudança", maio de 1985, não nos parece, mesmo a curto prazo, saldar o compromisso social para com a Nação.

Recomendações

Medidas a curto e longo prazo precisam ser tomadas, para que haja ampliação da carga horária destinada ao ensino e que possa realmente contribuir para um melhor aprendizado, especialmente da língua portuguesa, a saber:

1. Promover alteração na legislação em vigor, que estabeleça um ano letivo de no mínimo 180 dias, no sentido de elevar sua duração para 200 dias, pelo menos, como já vem sendo feito em algumas das melhores instituições de ensino do País.

2. Ampliar a carga horária global para o 1º e 2º graus: para o 1º grau, ministrado em 8 anos, uma carga horária de pelo menos 8 horas de atividades diárias, com atendimento médico e dentário, alimentação e outros auxílios indispensáveis; para o 2º grau, uma carga horária mínima de 5 horas por dia nos cursos não-profissionalizantes, dados em 3 anos; nos cursos profissionalizantes, uma carga horária mínima de 6 horas por dia, ao longo dos 4 anos de ensino.

3. Oferecer educação pré-escolar, pelo menos durante 2 anos letivos, às crianças de 4 a 6 anos.

4. Estabelecer um mínimo de 8 horas semanais de Língua Portuguesa no 1º grau, para as quatro primeiras séries.

5. Fixar um mínimo de 5 horas semanais de Língua Portuguesa para as séries finais do 1º grau (5ª a 8ª série) e para o 2º grau.

6. Estabelecer um mínimo de 2 horas semanais para literaturas de língua portuguesa, no 2º grau, a partir do desdobramento da matéria em duas disciplinas, a saber; Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

7. Criar condições para que, nos Cursos de Letras, a matéria Língua Portuguesa seja ministrada durante os 4 anos letivos, com

um mínimo de 4 horas semanais; e as Literaturas Portuguesa e Brasileira tenham, respectivamente, um mínimo de 4 horas semanais, durante 2 anos letivos.

8. Promover medidas para que na dupla licenciatura, na área de Letras, as disciplinas objeto das licenciaturas (por exemplo, Português-Inglês) sejam ministradas, cada uma delas, em 4 anos letivos, com o mínimo de 4 horas semanais.

9. Criar condições para que Língua Portuguesa seja ministrada no ciclo básico, como disciplina instrumental, com uma carga horária compatível com a natureza do curso, especialmente para as licenciaturas, cursos de Direito e de Comunicação Social; para os demais cursos, as IES poderiam aplicar exames de proficiência ou levar em consideração o número de pontos obtidos nos exames vestibulares, tornando assim dispensável a inclusão da disciplina.

10. Adotar medidas para que o número de alunos em cada classe, no 1º e 2º graus, não exceda a 30 e, no curso superior, a 40 alunos.

16. GRAMÁTICA E LINGÜÍSTICA NO ENSINO

A Lingüística tem função importante no preparo dos professores de língua materna e estrangeira.

A reestruturação do currículo de Letras, pelo trabalho conjunto de professores de Lingüística e Língua Portuguesa, deverá pôr ao alcance dos alunos noções básicas de Lingüística Teórica, Lingüística Aplicada, Sociolingüística e Psicolingüística. Esta reformulação terá ação direta no ensino de 3º grau, e indireta no 1º e 2º graus, pois dará ao professor visão científica dos fatos de linguagem, o que não significa a utilização de nomenclaturas específicas da área nesses níveis de ensino.

As gramáticas de consulta de língua portuguesa no Brasil prescrevem os usos da norma culta e disso são representativas em número e qualidade, pois além de uma pluralidade de posições, refletem, em geral, bom nível de conhecimento teórico.

As gramáticas escolares, porém, padecem de limitações decorrentes de uma tradição absolutista no tratamento da variação lingüística. Para preencher essa lacuna, há necessidade da criação de gramáticas pedagógicas, escritas por equipes interdisciplinares de professores de Português, lingüistas, pedagogos e autores de livros didáticos.

Recomendação

A Comissão empenha-se em que o ensino da língua não seja centrado na teoria gramatical, mas que esta seja considerada como instrumento de aprendizado do aluno. Os vestibulares, os concursos de ingresso em órgãos públicos e empresas de economia mista devem avaliar o desempenho lingüístico dos candidatos e não seus conhecimentos metalingüísticos (o que se justifica apenas nos concursos destinados a especialistas). Evitar-se-ão, assim, programas de ensino que, esquecendo os objetivos últimos do ensino da Língua Portuguesa, adestram candidatos somente para provas, sem buscar a formação do sujeito lingüisticamente competente.

17. SOBRE AS LÍNGUAS MTERNAS MINORITÁRIAS DO BRASIL

Faz parte de uma atitude não-preconceituosa em relação à realidade lingüística nacional (e à valorização adequada da importância que nela tem o Português língua oficial) o reconhecimento de que no território brasileiro se falam, como línguas maternas, em caráter minoritário, as línguas autóctones dos indígenas e as línguas de origem européia e asiática trazidas pelos imigrantes. Há interesse em promover uma política da língua e do ensino que garanta o acesso desses segmentos populacionais à língua majoritária em suas variedades mais correntes e em sua variedade culta. Entretanto, levando em consideração que para esses segmentos o Português é a segunda língua, a Comissão reconhece que é social e metodologicamente inadequado que a alfabetização dessas populações se faça exclusivamente em língua portuguesa. Propõe-se, para esses casos, o desenvolvimento de programas de ensino bilingüe.

Recomendação

A política indigenista brasileira, sempre fundada em razões piedosas, tem sido, invariavelmente, etnocida e glotofágica. Uma das poucas vias ainda abertas à redenção gradual das etnias indígenas é representada pela delimitação do seu espaço físico, sem o que elas não subsistem, e pela iniciação numa forma escrita de sua língua, primeiro passo para uma adaptação ao bilingüismo, com o português como segunda língua.

Com relação às minorias não-indígenas, deve-se estimular o bilingüismo, iniciando-se, facultativamente, a alfabetização pela língua materna minoritária ou pela língua portuguesa.

18. AÇÃO LINGÜÍSTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Cada meio de comunicação influi de maneira diversa na educação em geral e na educação lingüística em particular, conforme a tecnologia empregada. Todos eles podem ser usados como motivação no processo escolar, de acordo com o código que utilizam, de forma diversificada, condizente com o nível de ensino a que se destinam.

Com o auxílio e a orientação do professor, esses meios têm condições de desenvolver a expressão, o senso crítico e a criatividade do aluno.

Jornais e revistas podem ser usados em sala de aula, em pesquisas sobre novas formas de comunicar, novos termos, empréstimos, tipos de discursos.

Os quadrinhos, nas séries iniciais de ensino, podem ser trabalhados no sentido da elaboração de novos diálogos, de temas para discussão e redação em classe, e mesmo para correção de diálogos mal construídos e traduções apressadas. A mesma finalidade didática poderão ter as fotonovelas na motivação para narrativas, o estudo do diálogo e construção de frases. Este trabalho não exclui uma leitura crítica do conteúdo.

O rádio influi sobre os usos orais da língua, tendo seu campo alargado com o advento do transistor. Comunicando apenas pela linguagem falada, enfatiza a empatia, utilizando por vezes registros e níveis populares, regionais e informais. O estudo da linguagem radiofônica em sala de aula é um recurso para a verificação dessa gama de variantes e registros e de sua adequação à situação, pois, na maioria dos casos, as emissoras são locais, tendo seu raio de atuação restrito.

A música popular brasileira é uma excelente base de estudo de nossas raízes culturais. Na disciplina Língua Portuguesa, as letras prestam-se à análise de fatos referentes a rima, métrica, palavras polissêmicas, construções frasais, níveis de interpretação textuais, intertextuais e supratextuais.

A televisão é o meio que mais influi no atual estágio da sociedade brasileira, graças à excelência de nosso sistema de telecomunicações, à penetração das cadeias nacionais de televisão e, também, à facilidade de recepção da imagem e sua decodificação num país com tão grande número de iletrados e tão pouco interesse pela cultura escrita. A TV difunde primordialmente a pronúncia padrão e o vocabulário básico do Centro-Sul, salvo nas reportagens locais e nas caracterizações de personagens regionais, onde são percebidas as variedades Norte-Sul, campo-cidade. A massa poderosa de informa

ções veiculadas por este meio eletrônico deve ser integrada no processo escolar para que se aproveitem suas múltiplas possibilidades de motivação e sensibilização.

Considerada como aliada da escola e não como sua inimiga, a TV deve ser introduzida pela leitura crítica de seu significante /significado, estimulando-se o aluno a perceber que a imagem televisada não é objeto real nem a verdade absoluta, mas o resultado do ângulo de visão do operador, do diretor, do produtor e, em última análise, do proprietário da rede. Deve-se trazer este poderoso veículo para a escola, não com sua bagagem e conteúdos massificantes, mas com sua capacidade de atrair e motivar. Em circuito aberto, como auxiliar do professor na motivação e sensibilização, serve como ponto de partida para debates, seminários, redações e estudos lingüísticos. Em circuito fechado nos supletivos, telecursos e teleaulas, com orientação de monitores bem formados, serve não só como motivação mas também como fonte de informação.

Tais ações educativas desenvolvidas pela televisão podem ser aproveitadas pela escola para:

- . desenvolver a linguagem oral;
- . estimular a leitura através da apresentação de obras literárias;
- . despertar a curiosidade do saber, a sensibilidade e o gosto estético;
- . favorecer a alfabetização por meio de "exposição" à criação da linguagem escrita, associando-a à oral, sobretudo nos comerciais;
- . conhecer lendas, mitos, arquétipos;
- . elevar os limites da percepção do mundo;
- . elevar o nível de informação e conhecimentos gerais;
- . ouvir e compreender variedades lingüísticas diversas da variedade materna;
- . promover a unificação do idioma, pela difusão da norma oral culta.

A aproximação entre escola e televisão deverá, porém, ser cuidadosa e paulatinamente programada, pelas características massificantes de que este veículo pode revestir-se. A oralidade se processa através de uma relação interpessoal e intersubjetiva, e poderá ser inibida em consequência de um excesso de horas diante da televisão, pois o desenvolvimento das funções da linguagem necessita de intercambialidade de posições entre emissor e receptor.

Na linguagem dos meios de comunicação de massa, surge, ainda, como problema de suma importância o uso de empréstimos desnecessários, em especial do Inglês, que podem perturbar o jogo de significações já sedimentado na língua. Entretanto, é preciso não esquecer que a terminologia das tecnologias de ponta ainda não está normatizada entre nós, o que, freqüentemente, torna inevitável a adoção da terminologia estrangeira.

Outro cuidado que se impõe quanto à linguagem da imprensa escrita refere-se ao uso de computadores na impressão de jornais e revistas. Este fato leva freqüentemente a desacertos quanto à divisão silábica, o que poderá difundir o seu uso pelo poder da palavra escrita.

Recomendações

1. Que a escola utilize a linguagem dos textos dos meios de comunicação de massa como ponto de partida para os estudos lingüísticos, ao lado dos textos literários, e incorpore assim sua poderosa massa de informação por intermédio de uma análise crítica.

2. Que seja promovido o respeito às variedades regionais de pronúncia e vocabulário, como uma das características que dão ao Português a condição de sistema dinâmico.

3. Que nos meios de comunicação de massa, sejam respeitadas os padrões da norma culta, preservadas, naturalmente, as características lingüísticas dos personagens.

1º. A QUESTÃO DO LATIM E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Comissão reconhece que, no segundo grau, na própria disciplina de Língua Portuguesa, deve haver um número de aulas dedicadas ao estudo das estruturas do Latim, com vista à compreensão mais lúcida da própria língua portuguesa, em sua história interna e seus recursos mórficos e semânticos.

A Comissão admite que, na hipótese de se desdobrar o segundo grau em científico e clássico, neste deverá ser reintroduzido o Latim.

No ensino superior, o Latim deve ser reabilitado em sua qualidade de matéria plena.

COMISSÃO NACIONAL PARA O APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO/APRENDIZAGEM
DA LÍNGUA MATERNA

(Decreto nº 91.372, de 26 de junho de 1985)

ABGAR RENAULT - Presidente

ANTÔNIO HOUAISS

CELSO CUNHA

CELSO LUFT

FÁBIO LUCAS

JOÃO WANDERLEY GERALDI (substituindo Aurélio Buarque
de Holanda)

MAGDA BECKER SOARES

NELLY MEDEIROS DE CARVALHO (substituindo Francisco Go
mes de Matos)

RAYMUNDO JURANDY WANGHAM

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1º85

Excelentíssimo Senhor
Doutor José Sarney
Presidente da Republica
Brasília DF


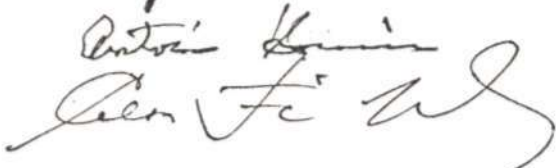

Senhor Presidente,



A comissão nomeada por Vossa Excelência pelo decreto nº 91 372 de 26.06.85, publicado no Diário Oficial de 27.06.85, integrada por Abgar Renault (presidente), Antônio Houaiss, Celso Cunha, Celso Luft, Fábio Lucas, João Wanderley Geraldi (substituindo Aurélio Buarque de Holanda), Magda Becker Soares, Nelly Medeiros de Carvalho (substituindo Francisco Gomes de Mattos) e Raymundo Jurandy Wingham, para estabelecimento de diretrizes que promovam o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa, teve a honra de entregar, nesta data, a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Educação, Senador Marco Maciel, o relatório correspondente aos seus estudos, conclusões e recomendações, sugerindo um conjunto de medidas a curto, médio e longo prazos conducentes a um mais eficaz domínio de nossa língua por parte de todos os usuários.

Neste instante e por meio deste, rogamos a Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado que seja intérprete dos nossos agradecimentos a Vossa Excelência por nos ter sido dada a oportunidade de servirmos em tão relevante causa, o que fizemos com a maior dedicação, por nos sentirmos libertos de quaisquer condicionalismos, graças ao que emitimos nossas opiniões

o mais sinceramente possível, na esperança de virmos a intensificar socialmente o ensino, a aprendizagem e o uso geral de nossa língua de cultura, sem prejuízo do respeito e preservação das variedades regionais e sociais.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso mais profundo respeito.


 Rogério Lemos

 João Feijó

 Celso Duarte


 Sirlene Lucas
 Joiswanda Lyfualdi
 Magda Becker Soares
 Nelly Medeiros de Carvalho

 Ray de Jesus

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)